

REB Volume 7 (3): 241-251, 2014

ISSN 1983-7682

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA
EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO**

**THE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS
IN BASIC EDUCATION AND THE IMPLEMENTATION OF A
MULTIPROFESSIONAL TEAM IN STATE EDUCATION**

Ananda Leonel Rosati¹

Heitor Zochio Fischer²

1. Graduanda em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campus Sorocaba. Contato: nan_rosati@hotmail.com
2. Doutor em Zoologia. Professor Associado do Departamento de Ciências do Ambiente, FCMS, PUC/SP. Contato: hfischer@pucsp.br

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo defender a implementação de uma equipe multiprofissional para auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais da rede estadual de ensino, principalmente nas primeiras séries da educação básica, que compreende o Ensino Fundamental I. Foram realizadas entrevistas com três professoras de 1º ao 5º ano, além de uma fonoaudióloga, uma psicopedagoga/terapeuta, uma psicóloga e uma fisioterapeuta. As docentes relataram as dificuldades encontradas no trabalho com esses alunos e apoiaram a implementação dessa equipe, assim como as demais profissionais. No entanto, a maioria acredita que para que essa parceria aconteça, há a necessidade de uma equipe bem elaborada e principalmente interesse e investimento financeiro por parte do governo.

Palavras-chave: inclusão; educação básica; multiprofissional; alunos; necessidades educacionais.

ABSTRACT

This study aimed to defend the implementation of a multidisciplinary team to assist students with special educational needs of the state schools, especially in the first grades of basic education, comprising primary education I. Interviews were conducted with three teachers from 1st to 5th year, and a speech therapist, a psychological counselor / therapist, a psychologist and a physiotherapist. The teachers reported difficulties in working with these students and supported the implementation of this team, as well as other professionals. However, most believe that for this to happen, there are needs like interest and financial investment by the government and formation of a good and qualified team of professionals.

Keywords: inclusion; basic education; multidisciplinary; students; educational needs.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, principalmente após a Declaração de Salamanca, a Educação Especial tem sido amplamente discutida e vem sendo, de certa forma, aplicada. No entanto, ainda existem diversos aspectos a serem melhorados, pois, na maioria dos casos, os professores e demais funcionários não recebem orientação e treinamento específico para trabalhar com esses alunos.

De acordo com o artigo 3 do decreto nº 914 de 6 de setembro de 1993:

Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Por muito tempo, no Brasil, a educação de portadores de necessidades especiais ficou por responsabilidade de profissionais e instituições especializadas, como, por exemplo, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant), instalado em 1857, no Rio de Janeiro, (BUENO, 1999). No entanto, a partir de setembro de 2008, com o decreto nº 6.571, foi determinado que alunos com necessidades especiais devam ser matriculados em escolas de ensino regular, tendo as instituições de ensino especial apenas como complemento.

Segundo Bueno (1999, p. 18):

O início da educação especial tem sido firmado pelos estudiosos em razão do surgimento na Europa, no final do século XVIII, de instituições especializadas para surdos e cegos que tinham como função precípua oferecer escolarização a essas crianças que, em razão dessas anormalidades, não poderiam usufruir de processos regulares de ensino. (...) Por fim, enquanto a educação regular vai sendo realizada em instituições abertas, a educação especial se implanta em internatos, o que evidencia seu papel de segregadora social dos anormais.

A partir de 1994, com a Declaração de Salamanca (Espanha), elaborada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, a inclusão de alunos deficientes em escolas de ensino regular passou a ser mais difundida.

A Declaração evidencia, entre outros pontos, que os portadores de necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular que os acomode dentro de uma pedagogia capaz de atender tais necessidades.

O governo, segundo a legislação e a própria Declaração de Salamanca, deve disponibilizar apoio técnico e financeiro às instituições públicas de ensino regular.

Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- atribuam a mais alta prioridade política financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

[...]

- garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas, (Declaração de Salamanca, 1994).

Fica evidente que os professores e demais profissionais deste setor não estão aptos a desenvolver uma pedagogia adequada a esses alunos, pois esse investimento não ocorre de fato.

Com a preocupação de não haver profissionais capacitados para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de forma mais apropriada com alunos portadores de necessidades especiais, alguns pesquisadores pressupõem que com o auxílio de profissionais de diferentes especialidades (fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e psicólogos, entre outros.), esse processo se torna mais eficaz, além de integrar o aluno de forma social e cognitiva no âmbito escolar.

Bastos e Dutra (apud PENA et al., 2005) inferem que a atuação de um fisioterapeuta na escola consiste em proporcionar ao aluno, adaptações que melhorem seu rendimento escolar.

Um estudo realizado por fisioterapeutas com alunos que possuem Distrofia Muscular de Duchenne (DMD), fraqueza muscular progressiva de origem genética que leva à paralisia total e à morte súbita possivelmente nos últimos anos da adolescência ou em jovens adultos (HALLUM, 2004 apud PENA et al., 2005), teve por objetivo verificar se o auxílio desse profissional altera de forma positiva o desenvolvimento do discente. Para tal, três fisioterapeutas e pesquisadoras trabalharam com dois alunos do Ensino Fundamental I, de diferentes idades (nove e dez anos, matriculados respectivamente na 2ª e 4ª série) e estágios evolutivos da doença.

O estudo foi feito a partir da participação das profissionais em todo o âmbito escolar, trabalhando, inclusive, com suas professoras de sala e de Educação Física, estendendo também à residência de um dos alunos, já que os pais deste mostraram interesse em receber orientações específicas.

Para ambos os alunos foram feitas adaptações na mobília de uso escolar, no entanto, para aquele que possui maior grau de distrofia, foram feitas adequações no mobiliário doméstico favorecendo seu desempenho em diversas atividades (autocuidados, atividades lúdicas e escolares). Para este também foram confeccionados acessórios de modo a auxiliar as transferências posturais, realizadas por seus pais.

A partir de declarações dos alunos, das professoras e da mãe de um deles, foi possível concluir que a participação colaborativa das fisioterapeutas foi satisfatória.

- “Fiquei feliz, foi muito bom vocês terem se preocupado com meu filho, comigo e meu marido. Foi muito bom! (...) Nunca ninguém fez o que vocês fizeram por ele... mesmo ele conhecendo um monte de fisioterapeutas, nunca nenhum pensou em vir aqui em casa para ver como é a vida do meu filho”. (Mãe do aluno com estágio mais avançado de DMD)

Conforme Bueno (2001, p.27):

“Uma política efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua, sistemática e planejada, na perspectiva de oferecer às crianças deficientes educação de qualidade; (...)”.

No que se diz respeito à inclusão de alunos excepcionais em escolas de ensino regular, deve-se sempre considerar que esse processo exige diversas modificações nos sistemas de ensino, que não podem ficar restritos apenas às dificuldades cognitivas dessas crianças, mas também à exclusão que as atinge (BUENO, 2001, p.27).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa utilizou referenciais bibliográficos como a Declaração de Salamanca, elaborada na Espanha durante a Conferência Mundial de Educação Especial entre 7 e 10 de junho de 1994, os decretos de nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, nº 914 de 6 de setembro de 1993 e a lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, o livro “Educação Especial Brasileira – Integração/segregação do aluno diferente” do autor José Geraldo Silveira Bueno e entrevistas abertas (relatos de caso) com três professoras do ensino fundamental I da rede estadual de ensino e entrevistas direcionadas com uma fonoaudióloga, uma psicóloga, uma fisioterapeuta e uma psicopedagoga/terapeuta, todas da rede particular de saúde.

A entrevista direcionada com as profissionais possuía as seguintes perguntas:

- I- Você acredita que o seu trabalho auxiliaria no desenvolvimento educacional e social de um aluno portador de necessidades educacionais especiais? Por que?
- II- De que maneira esse trabalho poderia ser realizado?

- III- Alguma vez já acompanhou o desenvolvimento escolar de algum paciente?
Como foi?
- IV- Você acredita que a participação de familiares e amigos é importante no desenvolvimento dessas atividades?
- V- Você acha possível uma parceria entre profissionais da sua área e escolas de ensino público? De que forma ela se daria?

A entrevista com as professoras foi realizada em grupo, na própria escola em que ambas lecionam, já a das profissionais especialistas foi realizada individualmente, cada uma em seu consultório. Todas elas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e uma autorização permitindo a divulgação das entrevistas no trabalho de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de entrevistas informais realizadas com três professoras do ensino fundamental I da rede estadual de ensino, a quem vamos chamar de P1, P2 e P3, ficou evidente que os docentes não recebem nenhum tipo de treinamento para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo elas, não há nenhuma capacitação, é feito o possível para que o aluno com necessidade trabalhe juntamente com os demais. A P1 relata que trabalhou dois anos com um aluno portador de uma síndrome semelhante ao autismo, no final do último ano de trabalho com este, ela foi convidada a participar de um curso sobre inclusão no qual um profissional da área privada mostrou abordagens possíveis a serem trabalhadas com o discente, as quais já eram realizadas pela professora P1 antes mesmo da orientação.

A professora P2, que também é psicopedagoga, conta que certa vez, apenas na segunda semana de aula foi avisada pela direção que na classe do quinto ano em que lecionava, havia um aluno deficiente mental (DM). Segundo ela, este não possuía características de DM, era apenas um pouco ansioso e possuía dificuldades na expressão, no entanto tinha um bom raciocínio lógico-matemático e era sensato em suas colocações. O aluno não tinha diagnóstico médico para deficiência mental, era apenas hiperativo, mas os pais o tinham como DM, sendo, inclusive, regresso da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). P2 acreditava que o aluno não era

DM, o que contrariava a família e a escola, entretanto, o desenvolvimento cognitivo apresentado pela criança não correspondia com os relatos apresentados por um DM, ele apenas não queria realizar as atividades. A professora P2 passou a realizar atividades diversificadas e diferenciadas para que o aluno se interessasse e este, com o tempo, passou a acompanhar os demais alunos de sua classe.

O discurso das três professoras foi unânime em afirmar que uma equipe multiprofissional é imprescindível na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, porque elas não possuem preparo teórico-pedagógico para tal.

Para Leonardo, Bray e Rossato (2009, p. 290) as conquistas no âmbito da educação inclusiva têm sido maiores no sentido de criação de leis e normas e não na elaboração de ações que possibilitem a incorporação dos alunos com necessidades especiais na sociedade.

(...) o professor no contexto inclusivo precisa de preparo para lidar com as diferenças, com a diversidade de todos os alunos, no entanto os professores, de modo geral, não têm recebido formação e capacitação suficientes para atender às diversas formas de aprendizado dos alunos (GLAT et al., 1998 apud LEONARDO; BRAY; ROSSATO, 2009, p. 299).

Além das professoras, também foram entrevistadas uma profissional de cada área, sendo elas: psicóloga, fisioterapeuta, fonoaudióloga e psicopedagoga.

Ao serem questionadas se o trabalho desenvolvido por cada uma delas auxiliaria no desenvolvimento educacional do aluno e por quê, todas foram convictas em dizer que sim. Pois, de acordo com a psicóloga, na medida em que se acolhem as demandas emocionais, há ajuda na adaptação social, escolar, entre outros, pois o emocional interfere no aprendizado. A fisioterapeuta afirma que ao mesmo tempo em que se ensina, também trabalha com a auto-estima, a percepção corporal e cognitiva, o senso de espaço e equilíbrio, além de ajudar na independência nas tarefas diárias. Já a psicopedagoga diz: *“Considerando o aprendente na sua individualidade, a intervenção psicopedagógica propicia ao sujeito com dificuldades de aprendizagem, a construção do saber, devolvendo o prazer de aprender, facilitando a apropriação do conhecimento no processo de escolarização”*.

Segundo Ramos e Alves (2008, p. 237):

O fonoaudiólogo é capaz de criar condições favoráveis e eficazes para que as capacidades de cada aluno possam ser exploradas ao máximo, não no sentido de eliminar problemas, mas sim baseado na crença de que determinadas situações e experiências podem facilitar e incrementar o desenvolvimento e a aprendizagem.

Para que as potencialidades e capacidades das pessoas com necessidades especiais sejam desenvolvidas, são necessárias condições materiais e instrumentais adequadas. (VIGOTSKI, 1997 apud LEONARDO; BRAY; ROSSATO, 2009, p. 291).

Para a realização desse trabalho, todas as profissionais acreditam que deve ser feito um diagnóstico inicial de cada aluno, para que suas dificuldades possam ser trabalhadas individualmente de forma pontual. A fisioterapeuta cita que, além do trabalho realizado na escola, seria importante o auxílio na residência de cada aluno.

Pena, Rosolém e Alpino (2008, p. 455), em trabalho realizado com dois escolares com diagnóstico clínico de Distrofia Muscular de Duchene (DMD), relatam que a visita domiciliar foi importante para identificar o mobiliário que possuía aspectos inadequados além de algumas adaptações que favoreceriam a participação e desempenho do aluno em suas atividades diárias.

A identificação das necessidades dos alunos participantes *in loco* determinou as adaptações do mobiliário e dos materiais que contribuiriam para o conforto e participação do A1 e do A2, na escola (PENA; ROSALÉM; ALPINO, 2008, p. 457).

De todas as profissionais, apenas a fisioterapeuta não havia acompanhado o desenvolvimento educacional de um paciente, sendo, na maioria dos casos, satisfatórios para as demais. A psicopedagoga relata um caso de um aluno que chegou a 6ª série sem saber ler ou escrever: “*Na entrevista foi relatado que não frequentou a pré-escola. No início da fase escolar apresentou dificuldades de aprendizagem que não foram sanadas no decorrer das séries seguintes e com a progressão continuada ele foi passando de*

uma série para outra até a 6ª série, quando os pais procuraram ajuda profissional. Após o diagnóstico, iniciou-se uma intervenção psicopedagógica e observou-se melhora da auto-estima e o interesse pelas atividades escolares. Foram sanadas as defasagens e o aluno dominou a leitura e conseqüentemente a escrita, facilitando a aquisição dos pré-requisitos para as séries seguintes. Nas devolutivas a mãe relatava que o filho passou a ter grande entusiasmo pela leitura, dizendo, emocionada, que quando passavam por locais que tinham placas, ele as lia em voz alta, demonstrando que já sabia ler. Foi muito gratificante o trabalho realizado com esse aluno, foi como se abrisse um novo mundo para ele”.

Quando indagadas sobre a importância da participação de familiares e amigos, todas concordam que o papel dos pais é importante, sendo que a fisioterapeuta e a psicopedagoga acreditam que o tratamento deve ser incluído na dinâmica familiar, seja por meio de cartilhas ou agenda com o desenvolvimento do aluno.

Para melhorar a qualidade de vida de indivíduos com deficiência é importante conhecer e reduzir as barreiras sociais e ambientais existentes, além de promover sua inclusão nas atividades escolares, familiares e na comunidade (EDWARDS, 2003, apud PENA; ROSOLÉM; ALPINO, 2008, p. 457).

Para finalizar, elas foram questionadas se seria possível uma parceria entre um profissional de sua área e escolas de ensino público e de que forma essa parceria seria feita. De acordo com a psicopedagoga, essa parceria é utopia, pois a educação nunca foi prioridade para os governantes brasileiros. Já para as demais profissionais, a parceria seria possível desde que houvesse recursos financeiros, ações políticas e que a equipe trabalhasse de forma coesa.

(...) a inclusão escolar envolve professores bem preparados, e ainda a definição de uma política que venha subsidiar princípios e práticas para as necessidades educativas especiais, construindo normas uniformes sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência. (TESINI E MANZINI, 2009 apud LEONARDO; BRAY; ROSSATO, 2009, p. 292).

CONCLUSÃO

Mesmo sendo amparada por lei e pela Declaração de Salamanca, a educação inclusiva não tem sido aplicada de maneira a atender as necessidades, tanto dos alunos, quanto dos docentes.

A partir das entrevistas com as professoras ficou claro que elas necessitam de um apoio profissional específico para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais.

Como relatado pelos profissionais, seu trabalho já auxiliou no desenvolvimento educacional de alunos com necessidades, todavia, para que isso seja possível, deve haver um maior comprometimento governamental com relação à educação, principalmente em relação à educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

1. BUENO, J. G. S. – A inclusão de alunos deficientes nas escolas comuns de ensino regular. Temas sobre Desenvolvimento, v.9, n. 54, p.21-7, 2001.
2. _____. – Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1999.
3. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. BRASIL. Ministério da Justiça/Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: (CORDE), 1994.
4. BRASIL. DECRETO n. 914, de 06 de setembro de 1993, que institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Sbcchefia para assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm, acesso em 07/04/2011.
5. BRASIL. DECRETO n. 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Sbcchefia para assuntos Jurídicos. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm,
acesso em: 07/04/2011.

6. LEONARDO, N.S.T.; BRAY, C.T.; ROSSATO, S.P.M. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. Rev. Bras. Ed. Esp. v. 15, n. 2, p. 289-306, 2009.
7. PENA, F.F.; ROSOLÉM, F.C.; ALPINO, A.M.S. Contribuição da fisioterapia para o bem-estar e a participação de dois alunos com Distrofia Muscular de Duchenne no ensino regular. Rev. Bras. Ed. Esp. v. 14, n. 3, p. 447-462, 2008.
8. RAMOS, A.S.; ALVES, L. M. A fonoaudiologia na relação entre escolas regulares de ensino fundamental e escolas de educação especial no processo de inclusão. Rev. Bras. Ed. Esp. v. 15, n. 2, p. 235-250, 2008.